



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681532 - SP (2021/0227802-5)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : LUIS CARLOS MEDINA  
**ADVOGADO** : LUIS CARLOS MEDINA - SP347560  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATHEUS CAUA SIQUEIRA ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS CAUA SIQUEIRA ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2146968-33.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, acusado pelo delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que a prisão preventiva teria sido decretada com base em fundamentação genérica, reputando ausentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que o paciente é primário, menor de 21 anos, estudante, possui bons antecedentes e residência fixa, predcados que o autorizariam a responder em liberdade a presente ação penal, denotando, ainda, a desproporcionalidade de sua manutenção no cárcere.

Afirma que, na hipótese dos autos, seria suficiente a incidência de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar do paciente ou, subsidiariamente, a substituição da medida extrema por cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio**

***mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.***

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada, ao indeferir a liminar no *mandamus* originário, fundamentou suficientemente a manutenção da custódia do paciente nos seguintes termos (fl. 95/96):

*Aparentemente, há indícios de que o paciente cometeu crime de tráfico de drogas, envolvendo aproximadamente 7.47 gramas de cocaína, 4.38 gramas de crack e 54,2 gramas de maconha (fls. 17/19 e 43/46), em ação que, à primeira vista, considerando a natureza e a diversidade das drogas, traduz um acentuado grau de culpabilidade da conduta. Além disso, o paciente, aparentemente, ostenta anotações pela prática de atos infracionais (fls. 34 dos autos do processo de conhecimento), a denotar um quadro de reiteração na prática de ilícitos penais. Tudo a apontar que a custódia cautelar para a garantia da ordem pública não desponta como manifestamente desarrazoada, mesmo à luz das medidas indicadas pelo Conselho Nacional de Justiça para evitar a propagação do COVID-19 na Recomendação n° 62, de 17 de março de 2020. Aparentemente, a colocação do paciente em liberdade representa um risco à segurança e à saúde públicas.*

*[...]*

*E os elementos trazidos aos autos não autorizam, neste momento, um juízo prospectivo no sentido da desproporcionalidade da custódia ante a provável sanção a ser imposta no caso de eventual condenação. Aliás, a um primeiro exame, tem-se um cenário que parece não combinar com a aplicação da regra prevista no artigo 33, par. 4º, da Lei n° 11.343/06.*

*Por sua vez, a um primeiro exame, vê-se que a decisão judicial encontra-se fundamentada (fls. 23/26).*

*A questão será examinada de forma mais detida pelo colegiado, por ocasião do julgamento do mérito da causa, à luz, inclusive, das informações da d.*

*autoridade judiciária.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência